

Leis mudam ritmo de vida do brasiliense

DF - Brasília

João Júnior

Enquanto a revisão constitucional debate a possibilidade de extinção da Câmara Legislativa do DF, os deputados distritais prometem mostrar trabalho em 1994. Desde a sua criação, em 1991, a Câmara aprovou 480 projetos de lei, que vêm modificando diretamente a vida da cidade, provocando polêmica ou, em alguns casos, simplesmente caindo no esquecimento. Com a média de 150 projetos aprovados por ano, a Casa escreveu a Carta-Magna de Brasília — a Lei Orgânica, promulgada em oito de junho de 1993 — e pretende marcar este ano pela conscientização de sua importância pela sociedade.

O presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PP) tem todos os dados sobre os projetos guardados na memória, e frisa que eles são debatidos com ampla participação popular. "Eu entendo quem, basicamente, estamos passando a cidade a limpo", resume Benício, que cita como principais matérias a Lei Orgânica e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que estabeleceu as diretrizes da ocupação do solo no DF.

Benício conta que a análise de tantos projetos de lei fez com que todos os parlamentares pudessem conhecer a cidade de perto, passando a ter uma compreensão mais ampla dos seus problemas. "Discutimos tudo com profundidade, e posso dizer que hoje somos todos especialistas em Brasília", diz o presidente.

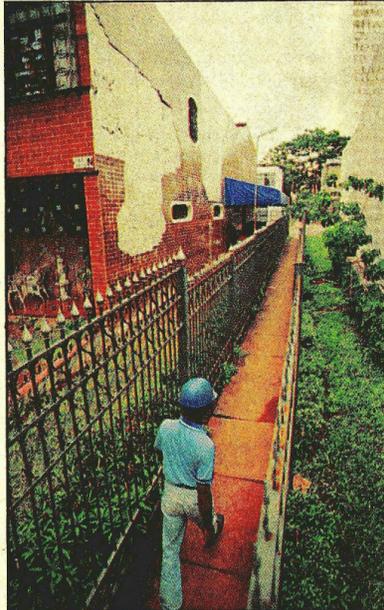
"Em três anos a Câmara Legislativa provou ser a perfeita tradução da democracia em Brasília"

A importância da Lei Orgânica, de acordo com Benício, foi a organização dos poderes do DF. O PDOT, por sua vez, disciplinou o crescimento rural e urbano, contribuindo para assegurar a qualidade de vida no próximo século. Ele explica que a ação legislativa da Câmara tem sido marcada pela urgência em promover a defesa dos interesses do cidadão, considerando-se que a representatividade local foi conquistada tardiamente, deixando esquecidas por duas décadas e meia as aspirações da sociedade.

Representatividade — Benício lembra que a Câmara tem deputados das mais diferentes tendências ideológicas e partidárias, reproduzindo, desta forma, a distribuição das forças políticas no DF. Ele considera que 1993 foi o ano da consolidação da Câmara, que se estruturou internamente, definiu seu quadro de funcionários, dinamizou os trabalhos das secretarias e promulgou a Lei Orgânica.

"As pessoas que questionam a nossa autonomia política ignoram as necessidades de Brasília e as realizações da Câmara Legislativa. Em três anos de atuação, a Casa provou ser a mais perfeita tradução da democracia em Brasília", continuou.

Ainda sobre a Lei Orgânica, o presidente lembra que ela nasceu mudando a vida política e administrativa do DF, que havia sido governado durante 30 anos por meio de decretos ou mensagens. Com a promulgação da lei, o Executivo agora tem que submeter suas ações à análise e fiscalização do Legislativo.



A colocação de grades nas quadras 700 foi uma vitória para os moradores. Outras conquistas foram a liberação das cores para os táxis e o serviço de transporte alternativo



Garantido espaço ao não-fumante

Uma das leis mais famosas e discutidas aprovadas pela Câmara Legislativa é de autoria do deputado Peniel Pacheco (PTB), e reserva 50 por cento do espaço dos restaurantes, lanchonetes, pizzarias e similares para os não-fumantes. Ela começou a tramitar em 1992 e foi implantada no ano passado, gerando protestos de donos de restaurantes e elogios dos antitabagistas.

Hoje, esta lei é cumprida à risca em muitos estabelecimentos da cidade, que chegam até mesmo a criar espaços totalmente separados para os não-fumantes, como a Churrascaria Laçador, no Lago Sul. Várias casas da chamada "Rua dos Restaurantes" da Asa Sul indicam nas mesas que o lugar é dos não-fumantes, com direito à citação de Peniel Pacheco como autor do projeto, para que os adeptos mais radicais do cigarro saibam a quem reclamar.

Outros restaurantes alegam falta de espaço, e não cumprem a legislação. O deputado Geraldo Magela (PT) também modificou a rotina dos restaurantes da cidade, criando a determinação de que o público tenha acesso às cozinhas. Mais uma vez, a polêmica chegou às mesas. No restaurante Franciscano, na Asa Sul e na Asbac, o proprietário Franciscano Ansilero tem a cozinha como "cartão de visitas" e faz questão de mostrá-la

aos clientes.

Outros comerciantes alegaram falta de espaço e condições finan-

ceiras para fazer as mudanças necessárias, e a lei teve que ser adaptada. O acesso à cozinha pode ser feito diretamente ou através de sistemas de vídeo, para que os fregueses possam ver como os alimentos são manipulados.

Grades — O deputado Cláudio Monteiro (PPS) apresentou uma série de leis que permitem o uso de grades para cercar áreas residenciais em diferentes pontos do DF. A colocação de grades era uma reivindicação antiga dos moradores das quadras 700 Sul, vítimas de roubos frequentes. Cláudio Monteiro é também o autor de uma lei que facilitou a vida dos proprietários de automóveis, eliminando a taxa extra de licenciamento, cujo pagamento era comprovado por plaquetas fixadas ao lado da placa do veículo.

O serviço de transporte-alternativo foi autorizado por uma lei de Jonas Vitoracci, e a matéria também causou polêmica, pois os taxistas e rodoviários eram contra a atividade das Kombis-lotação. O deputado Manoel Andrade (PP), que é presidente do Sindicato dos taxistas, elaborou a lei que permite a utilização de qualquer cor no táxi, que antes só podiam ser brancos.

Legislação polêmica pune assédio sexual

Uma das leis mais polêmicas aprovadas pela Câmara Legislativa é a que pune o assédio sexual e discriminação contra mulheres, de autoria da deputada Lúcia Carvalho (PT). A matéria foi aprovada em 1993, depois de dois anos de tramitação, e provocou protestos por parte dos chamados "machistas". Conhecida como "Lei da Cantada", a iniciativa de Lúcia Carvalho ainda precisa ser regulamentada pela Procuradoria Geral do DF.

No seu parágrafo único, a lei considera "atos atentatórios ao direito da mulher no trabalho" a violência moral e física; revista na entrada e saída de estabelecimen-

tos comerciais; exigência de exame de gravidez para admissão ou permanência no emprego; exigência de exame ginecológico periódico para permanência no emprego; e discriminação de tratamento a mulheres casadas ou mães nos processos de contratação, treinamento, rescisão de contratos e permanência no emprego.

A lei estabelece que o seu descumprimento será apurado através de processos administrativos, e prevê as seguintes punições aos infratores: multa de dez a mil UPDFs, inabilitação para créditos em instituições financeiras e oficiais do DF, e suspensão tempo-

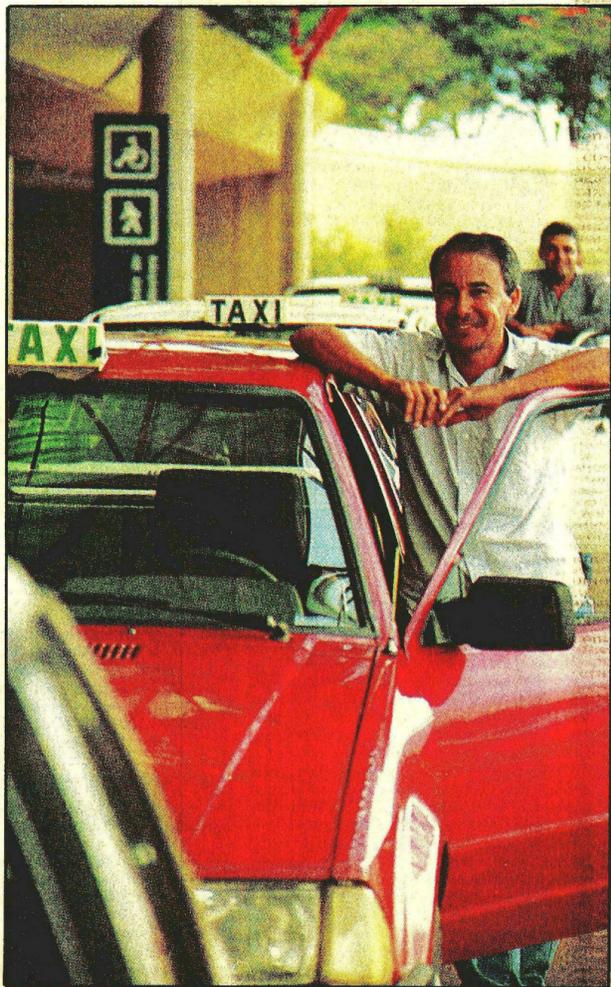
rária de inscrição estadual, no caso de empresas.

De acordo com Lúcia Carvalho, a lei só existe por causa da discriminação à qual a mulher brasileira ainda está submetida.

Eleições — Outro deputado petista, Pedro Celso, tem projetos em tramitação que podem gerar mais controvérsias: a proibição de intermediação de mão-de-obra; a proibição do transporte de trabalhadores em caminhões tipo "gaiolas", e isenção do pagamento de contas de água e luz para aposentados e pensionistas de baixa renda.

Principais projetos aprovados

AUTOR	LEI
Benício Tavares (PP)	<input type="checkbox"/> Reserva 20 por cento das vagas em concursos públicos para pessoas portadoras de deficiência. <input type="checkbox"/> Cria horário especial para pais de deficientes
Carlos Alberto Torres (PPS)	<input type="checkbox"/> Autoriza o GDF a criar a Universidade Aberta do DF.
Cláudio Monteiro (PPS)	<input type="checkbox"/> Autoriza o fechamento com grades de lotes residenciais <input type="checkbox"/> Cria a Fundação Hemocentro de Brasília
Eurípedes Camargo (PT)	<input type="checkbox"/> Fixação de famílias em lotes na Samambaia
Geraldo Magela (PT)	<input type="checkbox"/> Criação do Parque de Olhos d'Água
José Edmar Cordeiro (PSDB)	<input type="checkbox"/> Autoriza a criação da Universidade Regional do DF
Manoel Andrade (PP)	<input type="checkbox"/> Regulamenta o serviço de táxis
Peniel Pacheco (PTB)	<input type="checkbox"/> Reserva espaço nos restaurantes para não-fumantes
Lúcia Carvalho (PT)	<input type="checkbox"/> Proíbe o assédio sexual no trabalho <input type="checkbox"/> Estabelece repasse automático de verbas para escolas
Maurílio Silva (PP)	<input type="checkbox"/> Regularização de lotes em Taguatinga <input type="checkbox"/> Autoriza a instalação de templos em áreas residenciais



Os taxistas pediram e ganharam a liberação das cores em seus carros

CORREIO BRAZILIENSE
PREÇOS PARA ANÚNCIOS FÚNEBRES E MISSAS

LARGURA	ALTURA	DIAS ÚTEIS CR\$	DOMINGO CR\$
5,1 cm	3 cm	7.200,00	11.400,00
5,1 cm	5 cm	12.000,00	19.000,00
10,7 cm	3 cm	14.400,00	22.800,00
10,7 cm	5 cm	24.000,00	38.000,00
10,7 cm	8 cm	38.400,00	60.800,00
10,7 cm	10 cm	48.000,00	76.000,00
16,3 cm	5 cm	36.000,00	57.000,00
16,3 cm	8 cm	57.600,00	91.200,00
16,3 cm	10 cm	72.000,00	114.000,00

CARAMURU SOARES DOS SANTOS
(1 ano de Saudades)

Sua esposa e filhas convidam parentes e amigos para a missa a ser celebrada hoje, às 20:00 horas, na Igreja Santa Cruz - Av. W-5 Sul, Q. 905.

**GUIA
OFERTAS**

PARA ANUNCIAR LIGUE:
321-7080